

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-06-08

Deposited version:

Other

Peer-review status of attached file:

Unreviewed

Citation for published item:

Faria, A. M. (2015). Um país cansado de guerra: descolonização e movimentações políticas de miliares em África (1970-1975). From Decolonization to Postcolonialism: A Global Approach.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Faria, A. M. (2015). Um país cansado de guerra: descolonização e movimentações políticas de miliares em África (1970-1975). From Decolonization to Postcolonialism: A Global Approach.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Um país cansado de guerra: descolonização e movimentações políticas de militares em África (1970-1975)

Ana Mouta Faria (CIES – ISCTE/IUL, Lisboa)

1. Apresentação:

Como é sabido, durante o período de luta nacionalista das colónias portuguesas – o da Descolonização – o corpo das forças armadas nacionais sofre uma significativa transformação relativa às atitudes perante a guerra. Essa transformação é **tardia**, mesmo se apenas tivermos em conta o início da guerra colonial, exprime-se em **movimentos políticos** clandestinos **de oposição** ao Estado Novo e à sua política ultramarina, e abarca dinâmicas de contestação diversas, das quais a mais conhecida na atualidade, e também a mais estruturada, foi o movimento político-militar que acabou por derrubar o regime, o Movimento dos Capitães, depois Movimento das Forças Armadas (MFA).

Porém, uma leitura mais aprofundada desse processo permite identificar outras formas de mobilização coletiva dentro do campo militar, não restritas ao corpo de oficiais, que caracterizaram a forma como decorreu o processo descolonizador, antes e depois do 25 de Abril .

O objetivo da minha comunicação é refletir convosco sobre o quadro mais alargado dessas dinâmicas e o seu significado, nomeadamente quanto ao modo como estas influenciaram a fase final da descolonização portuguesa.

- o *período* abordado é a 1ª metade da década de 1970, até às datas das independências (o caso de Macau é distinto).

- e o *espaço* abrangido são os territórios de África onde hoje existem 5 países de fala oficial portuguesa (deixo Timor de fora, apenas porque ainda lá não cheguei).

- Os *aspectos a abordar* organizam-se em torno de 5 tópicos:

a) formação dos núcleos ultramarinos do MFA, processo menos conhecido do que o ocorrido em Portugal mas absolutamente decisivo,

b) a emergência de outras dinâmicas de contestação anteriores ao 25 de Abril
e, a partir de 25 de Abril:

c) a forma como o MFA lidou com a Descolonização, quer enquanto dinâmica socio-política de transição vivida no espaço colonial, quer com a linha política fixada pelo novo poder, em Lisboa e as s/flutuações.

d) a emergência de dinâmicas de contestação entre as forças recrutamento local (com largo predomínio de soldados e cabos, africanos)

e) o aparecimento de outras dinâmicas de oposição à continuação da guerra, sobretudo importantes até ao final da presidência spinolista da República.

Apesar dos esforços em contrário da oposição política ao Estado Novo, a opinião pública despertou tarde para a condenação da dominação colonial, quando se compara a evolução interna com o que sucedeu nas democracias euro-ocidentais no rescaldo da segunda guerra mundial, momento em que a condenação se torna a legalidade internacional, estabelecida no concerto das Nações Unidas. Esse tardio despertar assegurou à ditadura portuguesa a base de apoio necessária não só para a rejeição das conversações propostas na segunda metade da década de 1950 pelos movimentos nacionalistas das colónias - e que a censura à imprensa impediu que fossem levadas ao conhecimento coletivo - mas sobretudo para uma guerra colonial de 13 anos que foi a resposta do regime aos movimentos armados desencadeados entre 1961 e 1964.

É hoje consensual na análise historiográfica da revolução portuguesa de 1974 a identificação não só guerra mas também do “problema colonial” como questões que rapidamente se tornaram no “centro das atenções” do processo conspirativo militar contrariando uma leitura da preparação do golpe militar que evoluiu das motivações de ordem corporativa dos oficiais de média patente para motivações de ordem mais especificamente política.

Acabar com a guerra e preparar a descolonização tornou-se a motivação central de diferentes dinâmicas políticas clandestinas no interior da instituição militar portuguesa, as mais significativas (e mais conhecidas) das quais vieram a fundir-se no Movimento dos Capitães/Movimento das Forças Armadas.

2.1 Formação dos núcleos ultramarinos do MFA

Dentro das Forças Armadas Portuguesas, conhecemos hoje, é desde o início da década de 1970 que se verifica um duplo processo de questionamento em relação à guerra colonial. Entre os militares profissionais, sobretudo à medida que acumulavam anos de serviço em combate, desenvolve-se a necessidade de pensar politicamente uma guerra que perdurava, sem que o poder lhe definisse uma saída política.

Neste processo, a rejeição pura e simples da guerra não foi fácil, rápida ou sequer unívoca. A tomada de consciência alimentou-se tanto das [suas] referências culturais, [] ou dos contactos com as democracias ocidentais resultantes das viagens em trabalho, como dos saberes militares, nomeadamente em relação à guerra de guerrilhas. Mas foi maioritariamente a participação no terreno – no duplo aspeto das práticas de guerra e da observação do sistema colonial em funcionamento – que conduziu muitos deles à necessidade de pensar politicamente a guerra e de lhe encontrar saídas políticas.

Estas não começaram por ser respostas anticoloniais. E as respostas anticoloniais não foram partilhadas até chegado o momento das independências por todos os politicamente mobilizados e organizados para o golpe militar. A política spinolista na Guiné e os seus

prolongamentos no período entre abril e julho de 1974 configuram, não a única, porém a mais consistente ilustração de uma forma de pensar oposta à independência dos africanos.

As dificuldades para inserir nos textos programáticos do movimento militar uma definição clara da saída descolonizadora, comum a boa parte dos conspiradores iniciais, [fez com que] a plataforma de entendimento fosse a realização de um golpe militar que derrubasse o regime do Estado Novo, e a aprovação de um programa político a menos de um mêsⁱ da data em que veio a ser desencadeado.

A estrutura que o concretizou que tem vindo a ser, cada vez mais habitualmente, designada como “Movimento dos Capitães/Movimento das Forças Armadas” para designar duas fases do processo conspirativo, foi assim formada por oficiais do Quadro Permanente, com participação minoritária de oficiais milicianos e esporádicos apoios entre a classe de sargentos.

Nas colónias, tal como em Portugal, o processo de mobilização política é desencadeado pelo anúncio, em fins de 1972 da realização do **Congresso dos Combatentes**, desencadeado por um grupo de oficiais que em Bissau se reunia com regularidade para debater a guerra e a situação política.

A iniciativa seguinte, de **campanha contra os decretos-lei** 353/73 de 13 de julho e 409/73 de 20 de agosto destinados a suprir a carência de oficiais profissionais, tem sido assinalada por diversos participantes e historiadores como a passagem para uma fase de organização do movimento militar, que não cessa de crescer e de se reforçar desde entãoⁱⁱ.

Pela formação de múltiplos núcleos que estabelecem relações regulares e coordenação de ações entre si, tem sido, por isso, considerada como o acontecimento fundador do Movimento dos Capitães, do Exército, que emerge nas colónias ao mesmo tempo que no espaço metropolitano. No interior da rede assim formada, circulam informações, comunicados, cartas de discussão política, como as do Movimento dos Capitães de Moçambique ou a do Movimento dos Capitães de Bissau. Também os acontecimentos ocorridos em cada território, como os tumultos anti-Exército na cidade moçambicana da Beira, alimentam e disseminam o processo contestatárioⁱⁱⁱ.

Desse modo, desde o final de 1973, tal como em Portugal, a rede do Movimento dos Capitães encontrava-se organizada em núcleos implantados nos três espaços em guerra.

Na Guiné, discussão política desde o 2º semestre de 1972, a fase do movimento organizado começa, pois, no verão de 1973 com a contestação aos decretos;

Em Angola, a campanha contra os decretos desemboca num processo organizativo e político semelhante.

Em Moçambique, e a culminar a atividade do semestre anterior, encontrava-se eleita em dezembro de 1973 uma comissão coordenadora, em Nampula e a totalidade dos capitães do Quadro Permanente participava das 7 comissões locais, ou de unidade, disseminadas pelas zonas de guerra, para além da capital.

2.2 Emergência de outras dinâmicas de contestação anteriores ao 25 de Abril

Entre os que cumpriam o serviço militar obrigatório, nomeadamente entre oficiais milicianos, é crescente o número dos que põem em causa a legitimidade da guerra, trazendo com eles para a instituição militar a oposição pacifista e mesmo anticolonial que caracteriza nesses anos boa parte do ambiente universitário e mesmo pré-universitário; essas atitudes transmitem-nas a soldados, como eles conscritos, nomeadamente entre as unidades envolvidas em operações ‘de quadrícula’ ou ocupação do terreno, e no interior das quais também se verificavam outros elementos de politização próprios da sociedade civil de onde provinham^{iv}.

Por exemplo, o Partido Comunista Português já desde a década de ‘60, pelo menos, definira como orientação para os seus militantes o cumprimento do serviço militar nos territórios em guerra, “confiando na possibilidade de trazer para o lado das forças antifascistas parte das Forças Armadas”^v.

Com o impasse da guerra, ocorrem algumas tentativas isoladas, na Guiné, que são protagonizadas por oficiais que participavam, pelo menos no início, nas movimentações de que iria resultar o MFA. Refiro-me à tentativa de mobilização de oficiais por parte do tenente-coronel Luís Banazol, em Fevereiro de 1974, para uma tomada de poder nas colónias, como forma de derrubar o regime em Portugal, ou, uma vez frustrada esta, as suas tentativas de mobilização, “fazendo circular, a partir de Março, uma mensagem apelando ao “Movimento de Resistência das Forças Armadas” como meio de evitar um “desastre militar iminente” e propondo a “abertura de negociações com a OUA, ONU e PAIGC”, o “fim das hostilidades” e o “fim das mobilizações”, por forma a prevenir um novo abandono – por parte do Governo – das Forças Armadas “tal como aconteceu na Índia”^{vi}. “^{vii}. Um outro exemplo consistiu na tentativa, insucessosa, de mobilização dos comandos africanos, no rescaldo do 16 de Março nas Caldas da Rainha, por parte de um oficial próximo de Spínola, incentivando-os, em comunicado a eles dirigido, a uma tomada do poder naquele território^{viii}.

Com efeito, na Guiné, “durante o mandato de Spínola, a dinâmica da africanização da guerra ganhou uma nova dimensão, que é acompanhada pelo surgimento de militares graduados em oficiais, e a inerente, ainda que progressiva, ascensão social dos militares africanos. “É neste contexto de autonomização da *força africana* que, em 7 de Setembro de 1973, se assiste na Guiné à primeira forma de contestação política, social e corporativa de militares, oriundos do recrutamento local, pertencentes às Forças Armadas Portuguesas através de uma exposição dirigida ao comandante-chefe das forças armadas locais, “em nome dos Oficiais, Sargentos e Praças das Unidades Africanas do Exército português na província da Guiné^{ix}”, embora assinada apenas por 5 oficiais, apresentando dificuldades relativas à sua carreira militar dentro das FAP, ao mesmo tempo que, prevendo o inevitável desfecho da retirada portuguesa,

“exigiam, esclarecimentos sobre sua situação em caso de eventual negociação do Governo português com o PAIGC”. Trata-se aqui de uma dinâmica distinta das anteriores, pois a proposta redigida pelos oficiais guineenses se assume como “uma forma desta elite combatente se vir a [consolidar] também como elite política e económica, ao reivindicarem casas, terras, facilidades de emprego e de estudos para eles e suas famílias [e] a exposição afigura-se também fundamental porque para além de dar conta do descontentamento daqueles militares, reflecte igualmente um programa político associado ao projecto de Spínola, “*Por uma Guiné Melhor*”^{xx}

2.3 O MFA ultramarino e a Descolonização

O esforço do MFA nas colónias, desde os dias seguintes à revolução em Portugal centra-se em dois objetivos principais:

- controlar o desmoronamento das FAP, e da sua fragilizada cadeia de comando;
- garantir uma transição pacífica para a descolonização em ordem à independência dos povos africanos. A partir do momento em que os diferentes acordos são assinados, concretizar ao máximo, a letra e o espírito desses acordos, num contexto de governos de transição, em que os centros de poder [] se multiplicam [é o seu novo objectivo/missão].

Tudo isto num contexto de inevitável turbulência socio-política e de reconhecimento do direito de livre expressão a um número muito mais amplo de parceiros sociais do que os que antes eram reconhecidos como tal. Complementarmente, defender o melhor possível os interesses das populações metropolitanas e dos africanos que se tinham colocado do lado português.

Em relação aos aspetos relacionados com a coesão das forças militares, os meios vão ser múltiplos. Destacam-se como mais importantes:

- a criação de boletins do MFA e divulgação pelo aparelho militar a partir da base, em todos territórios^{xi};
- a realização de sessões de esclarecimento sobre a nova ordem política e educação cívica nas unidades por membros do MFA, e por outros militares por eles recrutados de entre os milicianos, por serem reconhecidos como mais ‘esclarecidos’ (politizados);
- o controlo do preenchimento dos cargos militares e político-militares de topo, para assegurar que recaíssem sobre titulares em sintonia com o objectivo descolonização.

Paralelamente, a articulação com o poder político e militar de cada colónia é assegurada com a colocação de uma comissão do MFA ou um assessor para aconselhamento dos respetivos responsáveis máximos.

Por outro lado, o agravamento das tensões raciais e políticas enquanto em Lisboa, o novo regime não define sem ambiguidade a aceitação da vontade de independência imediata e total,

expressa em constantes manifestações por todos os territórios, leva os órgãos locais do Movimento, frequentemente secundando iniciativas que partem da base das unidades, a exprimirem-se num conjunto de formas de pressão, para que o Estado português assumisse, publicamente, o reconhecimento imediato do direito à independência como desenlace possível para os processos de autodeterminação; e abrisse as indispensáveis conversações com os movimentos nacionalistas, começando por aqueles que haviam desencadeado a luta armada, com vista à celebração dos acordos de transição de poder^{xii}.

São múltiplas as tomadas de posição assumidas no interior das FA, até à proclamação da lei 7/74 de 27 de Julho:

- avisos ao MFA de Lisboa, com insistência e repetidas vezes, quanto aos riscos da orientação spinolista na questão colonial;
- pressões sobre as autoridades político-militares e administrativas ultramarinhas a que concretizassem o dismantelamento das estruturas repressivas (Pide/Polícia de Informação Militar, Legião Portuguesa, Organizações Provinciais de Voluntários de Defesa Civil);
- imposição ao poder central da demissão de diversas chefias políticas e militares, por as considerarem factor de alto risco, a agravar os delicados ‘equilíbrios’ socio-políticos resultantes do confronto violento de expectativas e de medos colectivos, abertos pela mudança política portuguesa^{xiii};
- pressões sobre o poder civil para a abertura de negociações diplomáticas, através da aprovação, em vários plenários dos MFA’s locais, que reconheciam como interlocutores os movimentos nacionalistas.^{xiv}

2.4 Emergência de dinâmicas de contestação entre as forças recrutamento local

A emergência de dinâmicas de contestação da continuação da atividade bélica (ofensiva) é um processo diferente, que se situa na intersecção entre o campo militar português e o campo nacionalista de cada território.

Estas dinâmicas exprimiram-se em todos os espaços africanos (em Cabo Verde de forma mais atenuada do que nos restantes), onde a aproximação da independência e da chegada ao poder dos movimentos nacionalistas tornava difícil a subordinação exclusiva à cadeia de comando portuguesa, e resultava numa dupla fidelidade, de que decorria, por exemplo, que as informações/ordens em circulação no interior do aparelho militar eram imediatamente passadas para o movimento com o qual os diferentes militares mais se identificavam fosse por sintonia política, fosse por receio das consequências de agirem de outro modo. Este “problema” sentido pelos responsáveis militares, aparece referidos por vários deles em depoimentos.

Além deste aspeto, houve um tipo diferente de acção solidária, em que as forças do recrutamento local se mobilizaram, em Angola e Moçambique: refiro-me à atitude de defesa das

populações negras das periferias (musseques, caniço), quando motins raciais instigados por elementos das minorias brancas apostadas em contrariar os ventos da história, colocaram a ferro e fogo algumas cidades, nomeadamente as suas capitais: em Luanda durante o mês quente de Julho de 1974, e em Lourenço Marques, na reação dos colonos à assinatura do acordo de Lusaka (7 de Setembro e depois a 21 de Outubro). No primeiro caso, os militares africanos protagonizam uma manifestação de protesto, em que, fardados e desarmados, se dirigem ao palácio do governador (Silvério Marques), dele exigindo participar na segurança dos habitantes dos bairros periféricos, e o fim da compactuação das autoridades com o terror branco. No segundo, são militares africanos e brancos do recrutamento local que organizam a defesa da zona do caniço.

2.5 P/fim, Outras dinâmicas de oposição à continuação da guerra,

Tais dinâmicas são, sobretudo, importantes até ao final da presidência spinolista.

Isto sucede, porque, de facto, entre as forças estacionadas nas colónias, nomeadamente nos teatros de guerra, desenvolve-se uma contradição relativa à sua função, entre as posições dos responsáveis militares do MFA e as atitudes da massa de conscritos, soldados ou oficiais milicianos.

Para os oficiais do Quadro Permanente inequivocamente empenhados na conclusão do processo descolonizador, o período que se estava a viver exigia a presença no terreno de forças operacionais, onde não poderia haver quebras na cadeia de comando; porém, com uma missão fundamentalmente distinta da anterior^{xv}.

Ora, o objetivo de garantir a coesão do corpo militar em torno da orientação política fixada pelo MFA esbarra contra esta modificação da missão, por diversos lados, dos quais nos interessa destacar um mais diretamente ligado com o tema aqui abordado.^{xvi}

Depois do 25 de Abril as denúncias sobre a deterioração do estado de espírito coletivo aumentam muito, quer na extensão do fenómeno até se tornar muito depressa “generalizado”, quer na multiplicação dos fatores explicativos da “desmoralização”, com o acréscimo de novos elementos, diretamente decorrentes da mudança política^{xvii}.

Não cabe agora inventariar esses elementos explicativos, a que diversos autores têm feito referência. O que desejo sublinhar é que as próprias fontes militares revelam que, pelo menos nalguns casos, “desmoralização” ou “desmotivação” foi sinónimo de uma atitude política e ética altamente motivada, mas para o cumprimento das promessas da revolução portuguesa sobre as relações a estabelecer com os povos das colónias. Nessas situações pelo menos, a racionalidade foi outra, e decorria explicitamente do espírito do Movimento das Forças Armadas que ficara plasmado no Programa da Junta de Salvação Nacional. Ou seja: legitimavam-se na mesma fonte que sustentava a preocupação dos oficiais com a operacionalidade atrás referida.

Dois episódios, ambos ocorridos em Angola, com unidades militares em que se verificou a desobediência coletiva à ordem de operações transmitida pela cadeia de comando, com 2 características relevantes:

- a decisão partiu dos soldados (praças) e acabou por mobilizar toda a unidade;
- a recusa foi acompanhada de um manifesto originário dos insurgentes, assinado coletivamente, demonstrando que comungavam (pelo menos num curto período) da mesma racionalidade política.

Contornos:

- período: antes da lei 7/74 (31.Mai/Tchivovo e 25.Jun/Grafanil); - unidades: Exército, expedicionárias, c/ mesclagem (1, Grafanil);
- local: 1 no início da comissão de serviço, chegada a Angola depois de 25 de Abril (norte de Angola); 1 prestes a ser rendida. (próximo de Luanda)

Passemos, a palavra aos manifestos:

“Viemos para Angola após o 25 de Abril (...) esperançados que dentro de breves dias uma solução política resolvesse esta triste situação de guerra que se arrasta há treze anos. Não mais queremos sujeitar-nos a morrer ou a matar, já que está decidido que a solução desta guerra colonial é política e não militar.” Face à ordem recebida, de preparação de dois grupos de combate para saírem, e *“conscientes da nossa condição de homens livres e não de animais cujo fim é o matadouro, nós, elementos constituintes desta Companhia, recusamo-nos peremptoriamente a tomar parte em tais operações.”*

No outro texto, muito mais extenso e aparecido quase um mês mais tarde, os *“Milicianos e Soldados da Companhia* [...] *entendem em plena consciência e em face de terem de cumprir nova intervenção”* militar transmitir aos seus Superiores Hierárquicos que *“o vitorioso Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril trouxe ao Povo Português e aos Povos de Angola, Guiné e Moçambique, em guerra pelo justíssimo direito a governarem-se a si próprios”*, bem como o facto de *“O programa do Movimento (...) indica que a solução da guerra não poderá ser militar mas decidida pela boa vontade dos Homens”*. Por esta razão, pareceu aos signatários *“que continuar nos campos de batalha uma guerra, afinal, injusta, vai contra os princípios morais baseados na paz e na fraternidade entre os Povos e só poderá contribuir para reforçar ainda mais a posição e a força que os elementos fascistas e colonialistas possuem em Angola”*. O documento defende ainda outras atitudes de princípio, como a substituição de *“toda a actividade armada (...) por actividades de carácter educativo e social exclusivamente em favor das populações desprotegidas”*^{xviii}.

Parece-me evidente que a dominante comum aos dois manifestos é a rejeição da guerra, por uma leitura política da política ultramarina que os signatários rejeitam, escorados na nova legitimidade para se assumirem como sujeito de direitos implantada pela revolução de Abril, para mais introduzida por um movimento de militares que rejeitara também liminarmente a continuação da guerra. Esta leitura traduz-se nos dois textos na afirmação do princípio do pacifismo e, no caso do mais extenso, da defesa dos Povos envolvidos no conflito [...]. Trata-se, assim, de uma atitude oposta ao significado corrente de “desmotivação”, ou “desmoralização”; mas que aprofundava o

divórcio entre a massa de conscritos, na qual se verificava “*quebra da vontade de combater*” agravada pelas “*atitudes psicológicas negativas na quasi totalidade das unidades recém-chegadas da Metrópole, cujo pessoal afirma não estar disposto a fazer a guerra, qualquer que seja*” e a hierarquia militar e o seu segmento profissional, necessariamente preocupada com a “*degradação progressiva da capacidade de reacção*”^{xi}.

Não está feito ainda o inventário destes casos, nos três teatros de guerra. Sei que, embora tendo havido outras situações de rejeição, não constituíram, pela explicitação das motivações, o paradigma dominante dos comportamentos em relação ao serviço militar a prestar nas colónias, depois do 25 de Abril. Mas a importância que lhe é atribuída pelas chefias aponta para uma derradeira movimentação de militares, que integra estas atitudes bem como as já referidas tréguas locais com os adversários, hoje mais conhecidas da historiografia militar^{xx} numa intencionalidade política de não prolongar a guerra.

Neste caso, não se trata de um movimento, i.e., estruturado, ao contrário do MFA e de outros aqui não referidos; antes resulta de um outro tipo de iniciativas assumidas por atores coletivos, nascidas, como tantas outras, no ambiente desencadeado pelo 25 de Abril e pela aproximação das ambicionadas independências. E daí o vocábulo usado título desta comunicação: **movimentações** políticas, de militares, a englobar quer dinâmicas que atingiram um elevado nível de consistência (política, programática, organizativa e relacional) quer de outras mais localizadas, ou até individualizadas: que ambos os tipos é possível observar na fase final da descolonização do império português.

3. Concluindo:

➔ A reconfiguração social do campo militar ao longo da guerra resulta de 3 vectores principais:

- o crescimento do corpo de soldados pelo alargamento (até à exaustão) do serviço militar obrigatório;
- a africanização dos corpos combatentes, até corresponder a quase 50% dos efetivos;
- e o reforço do corpo de oficiais decorrente da ‘criação’ do Quadro de Complemento (i. e., milicianos) massivamente oriundos duma universidade em processo crescente de politização anti-guerra, em paralelo com o alargamento da base social de recrutamento para a carreira de oficiais (Quadro Permanente).

➔ A esta reconfiguração, que é sociológica, associam-se (decorrem?) novas atitudes:

- novas formas de olhar a realidade política impostas pela experiência da guerra
- novas relações sociais (socio-profissionais) no interior das FAP, nomeadamente no Exército, igualm/impostas pela guerra, sbtdº de aproximação entre oficiais e soldados das forças combatentes (correlativas do maior distanciamento entre os oficiais de baixa e elevada patente (os da ZAC);

- formas de organização dos descontentamentos com a política ultramarina do Estado Novo; e, depois de 25 de Abril, diversas dinâmicas de mobilização p^a o processo descolonizador.

➔ que se conjugam, quer entre elas, quer com as motivações coletivas dos povos no espaço colonial e metropolitano.

Foram as transformações específicas do campo militar, nomeadamente no que toca às dinâmicas de protesto/movimentações, que procurei trazer para o nosso debate.

Por não se tratar de fenómenos estanques, e constituírem-se em interação permanente com os restantes processos sociais, resultou a primeira parte do título, “*Um país cansado de guerra*”, parafraseando o “país cansado de sangue” de Oliveira Martins, que se pacificara com a Regeneração.

- ⁱ Processo caracterizado por avanços e recuos associados ao estabelecimento de alianças bem documentado em Lauret, *op.*
- ⁱⁱ 21 de agosto: 1º documento de protesto, na Guiné; um mês depois, “o núcleo do movimento em Angola” toma a iniciativa de propor uma campanha assente em pedidos de demissão.
- ⁱⁱⁱ Pedro Lauret (coord), *Os Anos de Abril*, vol. 3, *A conspiração do MFA*, pp. 72, 38, 59 respetivamente, Aveleda, Verso da História, 2014
- ^{iv} cf. João Freire, “Militares e intervenção política: correntes ideológicas e contextos de época, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, Setembro 2009: 3-23 (on line)
- ^v Aurélio Santos, “Anos 60 – Fundamentos de uma prática revolucionária”, visto em: <http://dori.pcp.pt/index.php/histria-do-pcp-menumarxismoleninismo-103/85-momentos-da-historia-do-pcp/564-anos-60>. Tal orientação tinha um limite: a mobilização para regiões onde se travavam combates justificava a deserção.
- ^{vi} Arquivo pessoal do coronel Jorge Sales Golias, “Movimento de Resistência das Forças Armadas”, [Guiné], [1973]
- ^{vii} Rui Brito Camacho Duarte, “O desenvolvimento do processo conspirativo militar na Guiné, até ao 25 de Abril de 1974”, *Ler História* ???, pp.???
- ^{viii} protagonizada pelo major de cavalaria Lourenço Fernandes Tomás. O episódio vem caracterizado por Rui Brito Camacho Duarte, “O desenvolvimento do processo conspirativo militar na Guiné, até ao 25 de Abril de 1974”, *Ler História* ???, pp.???
- ^{ix} Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo PIDE-DGS, Pasta GU, fls. 30-33
- ^x Rui Brito Camacho Duarte, “O desenvolvimento do processo conspirativo militar na Guiné, até ao 25 de Abril de 1974”, *Ler História* ???, pp.???
- ^{xi} Pezarat Correia, *MÁTHESIS* (9), 2000, pp. 273: www.crb.ocp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mat9/mathesis9_265.pdf.
- ^{xii} havia ainda a questão específica do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau
- ^{xiii} Ex: nova tomada de posição do MFA de Angola em 17 de Julho de 1974, propondo a demissão do governador-geral e de todos os governadores de distrito, considerando que o descontentamento dos signatários, já anteriormente expresso, “é comungado (...) pela maioria da população, que o tem deixado bem claro em várias manifestações escritas”: transcrito in AFONSO, Aniceto - volume *O Portugal de Abril*, da *História Contemporânea de Portugal*, direcção de João Medina, Editions Ferni e Multilar, s.d. [1990], p. 114. Em Moçambique viria a resultar na demissão do governador-geral Soares de Melo (24/7), em Angola na chamada a Lisboa do governador Silvino Silvério Marques a 19/7.
- ^{xiv} Exemplos: Plenário do MFA em Moçambique, 25 de Junho de 1974 com a presença das comissões regionais, em que se exigiu o reinício das conversações com a Frelimo para o cessar-fogo; novas mensagens no mesmo sentido a 1 de Julho (Nampula, p. 82) 8 e 17 de Julho (pp. 82 e 84) 12 de Outubro de 1974: plenário do MFA de São Tomé e Príncipe que concorda em aceitar o MLSTP como único e legítimo representante do território: AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, *Os Anos da Guerra Colonial*, vol. 15, pp. 80, 82, 84 e 92, respetivamente. Plenário em Cabo Verde: COMPLETAR NB: o plenário não é exatamente para este fim.
- ^{xv} Circular do CEMGFA de 22/8/74 a todas as unidades e estabelecimentos militares, AHM/Div1/Sc40/cx1, **capa 12, Prep.3. Costa Gomes,**
- ^{xvi} AHM/1/40/1, **capa 4, Prep.3.**
- ^{xvii} “desmotivação geral” é a expressão empregue, no período entre o Acordo de Alvor e a independência angolana em “Política de Emprego das FAP até à Independência”, s/d, s/l, documento produzido no âmbito do CCPA : www.uc.pt/cd25a, Fundo António Belo. Outro documento onde é possível encontrar leitura semelhante, mas com menor ênfase, decerto por se relacionar com um período anterior é o “Memorando sobre a Situação Militar – Áreas de Preocupação e Vulnerabilidades” de 18.6.74, elaborado no quartel-general do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: ADN, F.3/S.19/cx.39, **vol.7, doc. 99 a).**
- ^{xviii} doc. datado de “Quartel em Grafanil, 25 de Junho de 1974” anexo ao “Relatório Especial...”: ADN, F.3/S.19/cx.39, **vol.7;** sublinhado no original
- ^{xix} “Memorando sobre a Situação Militar – Áreas de Preocupação e Vulnerabilidades” de 18.6.74, elaborado no quartel-general do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: ADN, F.3/S.19/cx.39, **vol.7, doc. 99 a).**
- ^{xx} Matos-Gomes, Carlos de & Afonso, Aniceto - *Os Anos da Guerra Colonial.1974-1975*, vol. 15, Lisboa, Quidnovi, 2009; Duarte, Rui Brito Camacho, *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau: da Contestação à Descolonização*, tese de mestrado (on line), Lisboa, ISCTE, 2010, Lauret, Pedro (coord), *Os Anos de Abril*, Aveleda, Verso da História, 2014